

“ESTRATÉGIAS PARA A DINAMIZAÇÃO DO TURISMO RURAL E AMBIENTAL NO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO”¹

Eduardo Henrique da Silva Oliveira²

Resumo

A Geografia do Turismo, ao debruçar-se sobre o fenómeno secular do turismo, procura compreender as relações que se estabelecem entre aquilo que é cada vez mais um *negócio turístico*, o espaço geográfico onde este fenómeno cresce e se desenvolve e suas implicações económicas, sociais e ambientais. É precisamente esta complexidade de implicações na sociedade e no território que torna o turismo num fenómeno estudado por diferentes ciências sociais, entre as quais destacamos a Geografia.

Hoje perante o anunciado esgotamento do *Turismo de Massas* urge divulgar e explorar de forma planeada e em harmonia com os princípios da sustentabilidade ambiental novos destinos turísticos. Incluídos naquilo que podemos denominar de *Turismo Alternativo* encontram-se o *Turismo em Espaço Rural* (TER) e o *Turismo Ambiental*. No entanto, a aposta nestes tipos de turismo deve ser feito não de forma anárquica mas antes de uma forma que vá ao encontro das motivações dos turistas e dos recursos patrimoniais locais, históricos, gastronómicos e naturais.

Neste sentido, e indo ao encontro da nossa vontade em contribuir para o desenvolvimento sustentado do concelho da Póvoa de Lanhoso, procuramos destacar neste artigo o papel que o geógrafo pode assumir na dinamização da actividade turística. Inicialmente através da compreensão de toda a terminologia conceptual referente à actividade turística, passando depois pela interpretação das motivações dos turistas, análise espacial dos recursos turísticos existentes, seguido de um exaustivo trabalho de campo, no sentido de encontrar a melhor forma de potenciar os recursos e permitir o progresso local. Ao nível do registo dos resultados do trabalho de campo demonstra-se indispensável a utilização de software de apoio aos Sistemas de Informação Geográfica, pois simplifica todo o processo de monitorização de investimentos a realizar e já realizados ao nível dos recursos turísticos.

¹ Artigo baseado no trabalho de seminário em Geografia do Turismo, realizado no ano lectivo 2003/2004, sob orientação do Prof. Dr. João Sarmento

² Licenciado em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho (2000/2004)

Palavras – chave: Geografia do Turismo; Turismo Rural; Turismo Ambiental; Valorização Patrimonial; Planeamento de animação turística; Desenvolvimento local;

1) Enquadramento conceptual

São os comportamentos dos turistas e as motivações que estão na origem das suas deslocações e que permitem distinguir entre um “*turismo de minorias*” e um “*Turismo de Massas*” (CUNHA, 1997, pp.16-17), as duas grandes tipologias do fenómeno turístico. No entanto a actividade turística não se caracteriza apenas pela existência destes dois tipos de turismo, existem outras formas de «fazer turismo», mas que se encaixam, numa destas classificações consoante seja a qualidade dos equipamentos e das demais estruturas disponibilizadas. A massificação passou a ser uma característica inerente ao turismo resultado de uma generalização das viagens a vastas camadas da população. A massificação da actividade turística levou à intensificação da utilização das infra-estruturas e equipamentos turísticos, a um consumo excessivo de espaço territorial, provocando muitas vezes a degradação de monumentos, centros históricos e património natural. Apesar deste tipo de turismo ser causador de impactes negativos no ambiente, não podemos ignorá-lo, devemos é compreender quais os efeitos negativos causados, procurando apontar medidas que os minimizem. Neste campo o geógrafo deve dar o seu contributo, através do planeamento de actividades e participação em estudos de impacte ambiental a quando da instalação de determinado equipamento ou infra-estrutura turística.

Perante a saturação de alguns destinos turísticos, surge a opção por outros espaços onde a qualidade das estruturas é superior. A procura de destinos turísticos menos segmentados tenderá a aumentar, o que poderá levar à saturação de espaços até então mantidos à margem do processo de expansão turística, e o que era alternativo pode deixar de o ser. Para que isto não aconteça é necessário pensar a actividade turística a longo prazo de forma a garantir o seu próprio equilíbrio. A qualidade da oferta turística passa preferencialmente pela satisfação das necessidades e anseios dos turistas do momento, isto é aquilo que hoje é muito procurado, por exemplo «sol e mar» amanhã poderá deixar de o ser. Na opinião de CUNHA (1997, p.21), opinião que partilhamos, a qualidade no turismo não passa pelo luxo de um estabelecimento hoteleiro, mas passa antes pela capacidade de acompanhamento dos desejos e motivações da procura e uma forte adaptação a situações novas. Portanto, a oferta turística seja de iniciativa privada ou pública, tem de responder às preferências dos turistas, proporcionando-lhes uma maior flexibilidade nas suas visitas, em contraponto com «pacotes de viagens» estandardizados e massificados.

Nestas palavras encontrámos mais uma justificação para a intervenção da Geografia e do Planeamento na actividade turística, isto é a necessidade de planejar um turismo que se quer de qualidade, o *Turismo em Espaço Rural*, procurando estratégias que conciliem os desejos da procura (dos turistas) com os recursos endógenos, sempre no sentido de uma exploração sustentada e com mais valias para as comunidades locais.

2) O espaço rural como destino turístico

O espaço rural sempre se assumiu como um espaço de produção de bens para satisfação de necessidades primárias, não só da população local mas também da população urbana. As exigências do processo de crescimento levaram à alteração das estruturas tradicionais do mundo rural, inicialmente pela absorção da mão-de-obra por parte das cidades (êxodo rural), posteriormente, pelo consumo do seu território através da “*contemplação e desfrute duma paisagem pouco tocada pela acção humana*” (MOREIRA, 1994, p.9). Portanto, o espaço rural foi sofrendo alterações nas suas estruturas, de uma situação de áreas marginalizadas, relativamente às dinâmicas dos espaços urbanos, as áreas rurais passaram a ser reconhecidas pela sociedade como importante reserva cultural e ambiental, adquirindo assim novas dimensões, novos valores e novas funções. De entre as novas funções deste espaço, destacam-se as recreativas e turísticas. Estas funções ganharam importância devido à deterioração da qualidade de vida urbana, assumindo-se actualmente como contribuidoras líquidas do desenvolvimento local. Portanto, as grandes transformações operadas a todos os níveis, nos «campos» e cidades, para além de se traduzirem em alterações profundas nos padrões de vida rurais, levaram a que o “*mundo rural*” deixasse de ser apenas produtor de géneros alimentares, para se assumir como produtor de “*alimentos do espírito*” (MOREIRA, 1994, p.63). O espaço rural passou a ser perspectivado pelos «rurais» como um espaço que também é de lazer (recreativo e turístico) e pelos urbanos como o lugar ideal para um período de descanso. Seguindo o pensamento de BADOUIM (1979) citado por MOREIRA (1994, p.63) ao observarmos atentamente os aspectos económicos proporcionados por cada uma delas, concluímos que a função recreativa conduz a transferências de rendimentos no interior de uma região, ao contrário da função turística, que permite o estabelecimento de fluxos monetários provenientes do exterior e por um período normalmente superior a 24 horas. Perante isto, um espaço com características rurais deve antes afirmar-se como «produtor» de uma função turística, pois assim conseguirá maiores quantitativos financeiros.

As actividades de recreio, lazer e turismo têm sofrido grandes mutações nos últimos anos, espelhando as realidades e gostos inerentes a cada época. As razões para a procura destes espaços são várias e começaram a ganhar força com a generalização do direito a férias,

uma maior mobilidade da população e por outro o desejo de sossego, tranquilidade, contacto com a natureza e a prática de actividades em espaços abertos. A actividade turística em espaços rurais pode desenvolver-se em aglomerados habitacionais (aldeias; vilas) que funcionam como pólo de atracção, centros de animação, pontos nucleares de comércio, de serviços, ou de alojamento, assumindo-se como “*um elemento crucial para a atracção e suporte de uma actividade turística*” (MOREIRA, 1994, p.73). A importância que alguns destes aglomerados rurais assumem passa na maioria dos casos pelo património construído que dispõem. Portanto, o «monumento», é cada vez mais valorizado como testemunho de uma ambiência rural tradicional, contudo é necessário assegurar a coerência arquitectónica do aglomerado. Muitas vezes surgem contradições locais relativas à utilização do espaço. Os residentes aspiram a uma modernização das infra-estruturas, ao crescimento populacional, à implementação de outras actividades económicas, e que nem sempre são compatíveis com o desejo de conservar o conjunto construído, que é tradicional. Para esta compatibilização ser credível é necessário um plano de intervenção a longo prazo, capaz de prever mudanças ocupacionais. A actividade turística nem sempre é capaz de proporcionar os desejos da população local, daí que para o sucesso de qualquer projecto seja necessário o envolvimento da comunidade local, para se evitar o “*livre servilismo e os falsos folclorismos*” (MOREIRA, 1994, p.75). Os espaços florestais para além da manutenção do equilíbrio ambiental e da produção de matéria-prima assume-se no domínio do lazer como um espaço de eleição para actividades de recreio. Para que grandes espaços arbóreos e de considerável riqueza biológica, sejam valorizados em termos turísticos é necessário construir estruturas mínimas que tornem possível o seu usufruto sustentado. A questão da sustentabilidade coloca-se com frequência. Será que devemos usufruir da floresta como esta está? Ou então transformá-la para que lhe possamos aceder? Como técnicos de planeamento, salientamos a existência de medidas capazes de compatibilizar os ecossistemas naturais com a acção sustentada do Homem, como: abertura ordenada e vigiada de caminhos florestais; limpeza da matéria vegetativa excedente; sinalização orientadora e interpretativa; celebração de parcerias entre entidades públicas e privadas detentoras de parcelas florestais, para viabilizar o uso de determinadas matas; identificação dos espaços de maior riqueza biológica; delimitação de áreas para a prática de actividades; elaboração de mapas de riscos de incêndio, bem como planos de emergência;

Tal como nos recursos florestais, os pontos de água (albufeiras de barragem, por exemplo) apresentam potencialidades turísticas mas também algumas fragilidades, sendo necessário medidas de gestão eficazes, como sejam os planos de gestão de albufeiras de

barragem que regulamentam as actividades que nelas podem ser praticadas. Os espaços agrícolas, lugar onde a natureza se cruza com a actividade humana, representam um importante elemento patrimonial, reflexo da forma como a comunidade local se adaptou à morfologia do terreno. É curioso, achamos nós, referir que em termos produtivos as pequenas parcelas agrícolas não são aquelas que permitem a obtenção de maiores rendimentos, contudo em termos turísticos, as explorações de média e pequena dimensão onde são cultivadas várias culturas, tornam-se mais vantajosas, pois o contacto com a realidade agrícola local e com os agricultores é mais fácil. Como síntese do referido deixamos em seguida algumas das formas de valorização dos espaços agrícolas: delimitação de percursos pedestres que contemplem a passagem por áreas de produção agrícola; adaptação e valorização de parcelas agrícolas e pecuárias para visitas; criação de quintas pedagógicas; fomentar a recreação de práticas tradicionais; apoiar as associações recreativas locais, designadamente grupos folclóricos, e culturais;

A frequência com que determinado destino turístico é visitado, depende não só das motivações dos visitantes, mas também das ofertas turísticas que estes destinos oferecem. Um correcto planeamento, no sentido de encontrar estratégias que permitam captar visitantes e fazer com que eles permaneçam mais tempo em determinado local, proporcionará mais vantagens económicas para esses destinos. Essas estratégias podem passar pela criação de animação, que para **MOREIRA** (1994, p.75) “*passa pela possibilidade do turista se inscrever naturalmente nas múltiplas facetas que comporta e oferece a vida local*”. Portanto, a oferta de animação aos visitantes deve ser variada e capaz de integrar as diferentes potencialidades locais, quer através de actividades desportivas, culturais, artesanais ou gastronómicas, quer pelo simples relaxamento.

Só esta compatibilização é que permitirá a constituição de «pacotes» de férias, que satisfaçam as motivações dos visitantes e estejam de acordo com os seus rendimentos. O turista do TER pode pretender actividades de cariz mais social, cultural ou religioso, por outro lado pode preferir actividades de descoberta, de aventura, desporto, de saúde (por exemplo, termalismo). Para diferentes motivações, há diferentes actividades indispensáveis na dinamização dos espaços rurais turísticos: *pedestrianismo; cicloturismo; circuitos motorizados; turismo equestre; turismo fluvial; vela; canoagem; desportos náuticos motorizados; pesca; termalismo; pára-quedismo; balonismo; para-pente; arqueologia; espeleologia; montanhismo; museus; recriações etnográficas* (**MOREIRA**, 1994).

Para além de actividades de índole física, destacamos a necessidade de valorização dos aspectos patrimoniais, do artesanato, da gastronomia já que são fundamentais para o

desenvolvimento local, pois permitem a criação de postos de trabalho directos e indirectos, fomentando a participação comunitária.

Como referimos a animação turística em espaços rurais é primordial para o seu crescimento económico, contudo não basta apenas crescer, pois se assim fosse estaríamos a liquidar as suas potencialidades e estagnar o seu futuro, é necessário evoluir de uma forma sustentada, planeada e harmoniosa, pensando não só no presente mas também no futuro. Para garantir o sucesso de determinados produtos turísticos é necessário o envolvimento da população. Seguindo o pensamento de **MOREIRA** (1994) as actividades turísticas mais valorizadas pelas comunidades locais são aquelas que permitem renovar o património construído, particular ou público (templos religiosos, casas solarengas, por exemplo), reforçar a rede de equipamentos colectivos, revitalizar o comércio e a venda de produtos locais, em suma todas as acções que possibilitem a criação de rendimentos complementares. Se os projectos forem neste sentido poderemos ter um maior envolvimento local, da mesma forma que as populações ao terem gosto e condições para permanecerem na sua região de origem, não migrarão, atenuando-se desta forma o êxodo rural.

3) Turismo Ambiental

Definir este tipo de turismo não é tarefa fácil, sendo muitas vezes designado de *turismo alternativo, turismo verde, turismo ecológico, ou Turismo de Natureza*.

O conceito que pode ser considerado sinónimo deste é o de *ecoturismo*, já que como definiu **CUPETO** (2003, s/pag.), o ecoturismo “*visa integrar a experiência turística com a protecção e conservação dos recursos naturais e construídos, a valorização económica e a participação da população local, constituindo um meio privilegiado para a sustentabilidade local*”.

Perante isto, é lógico colocar a questão da utilização da terminologia de *Turismo Ambiental* neste artigo, em detrimento do termo “*ecoturismo*”, a resposta é dada pelas associações de desenvolvimento regional, *Associação de Municípios do*

Figura 1 – Concelhos incluídos na ADRAVE e na AMAVE



Fonte: Autoria própria com base no atlas digital do ambiente, disponibilizado pelo Instituto do Ambiente

Vale do Ave (AMAVE) e *Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave* (ADRAVE) (figura 1), nas quais se integra o concelho da Póvoa de Lanhoso. Estas entidades referem-se ao turismo que tem por preocupações base a valorização do património natural, histórico, construído e cultural, como sendo o *Turismo Ambiental* que se articula perfeitamente com o já secular *Turismo em Espaço Rural*, sendo considerados “produtos turísticos estratégicos para o Vale do Ave” (AMAVE, 1994 e citada pela ADRAVE, 2003, p.79).

Qualquer que seja o conceito utilizado as preocupações residem em torno da preservação ambiental e integração social que são fundamentais para a própria sustentabilidade da actividade turística, contrariando as formas mais tradicionais de fazer turismo, entenda-se por tradicional o *Turismo de Massas*, onde as preocupações ambientais não são a base de actuação e os benefícios económicos e sociais para as populações locais são praticamente nulos. Para garantir a sustentabilidade é importante que os destinos turísticos apostem num tipo de turismo que baseie a sua actividade no contacto com a natureza, nomeadamente através da dinamização do *Turismo Ambiental* que tem uma escala de actuação muito mais vasta do que o *Turismo de Natureza* (aplicável apenas na *Rede Nacional de Áreas Protegidas*). No conceito de *Turismo Ambiental* avançado em 1996 pelo *Department of the Environment, Sport and Territories of Australia* e citado pela ADRAVE (2003, p.79) podemos verificar que o divertimento, a interpretação e a educação ambiental são os princípios base deste conceito que é gerido de forma a ser ecologicamente sustentável.

Se associarmos o *Turismo Ambiental* ao *Turismo em Espaço Rural*, como de resto fizemos, alhearemos os benefícios da preservação do património natural ao desenvolvimento local. Nos espaços geográficos de características eminentemente rurais a conciliação destes dois tipos de turismo assume particular importância repercutindo-se os seus benefícios aos seguintes níveis: diversificação da actividade económica local; ganhos adicionais para os agricultores e agentes com actividades tradicionais (artesanato, pecuária); criação de postos de trabalho no meio rural, em construção civil, no comércio e serviços; criação de novas dinâmicas locais; diminuição de assimetrias entre áreas urbanas ou urbanizadas e as áreas rurais ou de montanha; contacto com a natureza, a cultura, a gastronomia e tradições locais.

O *Turismo Rural e Ambiental* foi apontado na *Política Nacional de Turismo* como sendo um produto estratégico de desenvolvimento regional. Em 1994 o *Plano Director do Turismo do Vale do Ave* (à frente designado de PDT) identificou o *Turismo Rural e Ambiental* como sendo um produto turístico de elevado índice de potencialidade para a região (Vale do Ave), assumindo-se como o «motor» da diversificação do tecido empresarial. Este plano de desenvolvimento turístico (PDT), avaliou os recursos turísticos dos diferentes concelhos que

compõem as citadas associações, identificando como produtos estruturantes: a paisagem natural e humanizada das áreas de vocação turística; património edificado no espaço rural; albufeiras e recursos hídricos; explorações agrícolas; artesanato e produtos regionais, designadamente gastronómicos.

Foi com base nestas informações e em outras pesquisas bibliográficas que realizamos o seminário em Geografia do Turismo, trabalho que está na base deste artigo, cujo tema central é o *Turismo Rural* associado ao *Turismo Ambiental*, onde procuramos apontar estratégias de dinamização turística, nomeadamente através da animação turística activa, tendo em atenção as motivações dos turistas e as potencialidades da área em estudo.

4) Caso de estudo - O concelho da Póvoa de Lanhoso

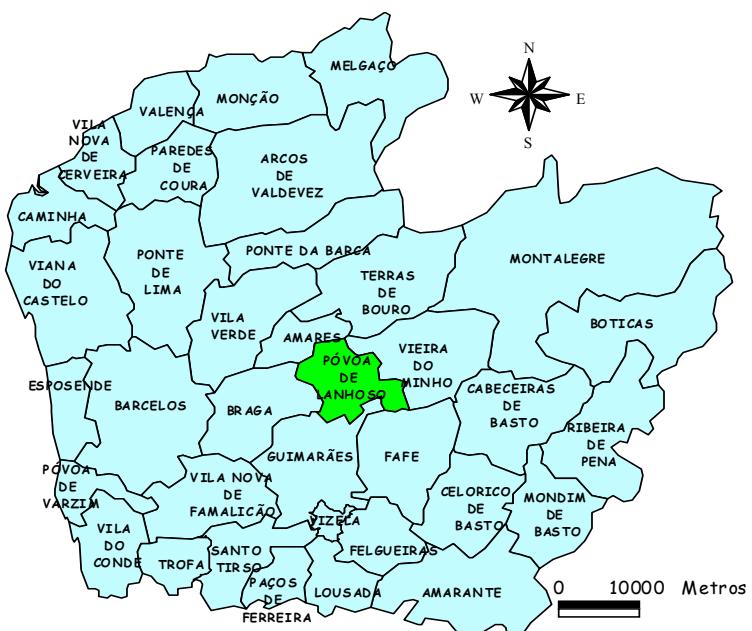
Geograficamente o concelho da Póvoa de Lanhoso localiza-se entre a margem direita do *Rio Ave* e margem esquerda do *Rio Cávado*. As vinte e nove freguesias que compõem este secular concelho (a Póvoa de Lanhoso é concelho desde 25 de Setembro de 1292 em carta de Foral atribuída pelo rei *D.Dinis*) são limitadas pelos concelhos de Braga, Guimarães, Fafe, Vieira do Minho e Amares

(figura 2).

A Póvoa de Lanhoso beneficia de uma posição central em relação a dois destinos turísticos de grande importância no contexto, não só regional, mas também nacional, a cidade de Braga, onde o principal produto turístico oferecido é o *Turismo Religioso* e o *Turismo de Natureza na Serra do Gerês*, incluída no *Parque Nacional da Peneda Gerês*.

Desde 1970 a população

Figura 2 - Localização geográfica do concelho da Póvoa de Lanhoso



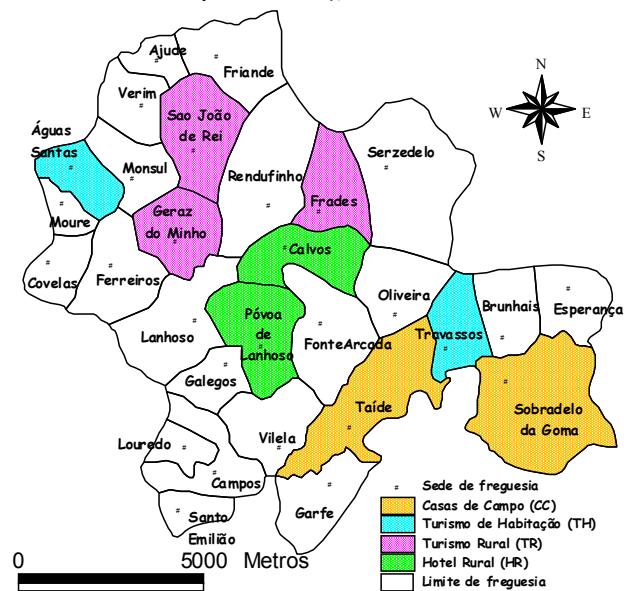
Fonte: Autoria própria com base no *Atlas digital do ambiente*, disponibilizado pelo **Instituto do Ambiente**

residente tem crescido ao ritmo de meio milhar por decénio, com excepção da década de 90 em que o número de indivíduos residentes aumentou cerca de 1256, tendo sido registados no XIV Recenseamento Geral da População uma população residente de 22772 indivíduos. A população residente economicamente activa era para o mesmo ano (2001) de 9769, o que

perfaz uma taxa de actividade de 42,9 %, uma subida de 4,4 pontos percentuais em relação ao XIII Recenseamento Geral da População. A taxa de desemprego em 2001 foi de 4,5 %, valor que se manteve estabilizado se comparado com o anterior levantamento censitário (1991), onde se registou uma taxa de desemprego de 4,4 %. Da população empregue em 2001 a fatia principal concentrava-se nas actividades 1, 2, 3, 4 da classificação das actividades económicas (C.A.E.).

Relativamente ao sector do turismo, foi nos bastante difícil, recolher dados concretos, que traduzissem o estado actual deste ramo de actividade. Se no Vale do Ave (NUT III – figura 1) se encontravam registados cerca de 27 estabelecimentos hoteleiros, na Póvoa de Lanhoso em 2001 existiam 2 alojamentos classificados como hotéis ou similares e 9 *convivências*. Em 2001 o Instituto Nacional de Estatística havia registado 5 estabelecimentos deste tipo, num total de 22 quartos, número que passou para 12 estabelecimentos em 2003 de acordo com a ADRAVE (2003), número este que equivale a 22,2 % da capacidade de alojamento em TER do Vale do Ave, nesse ano. A Póvoa de Lanhoso é também conhecida por possuir 2 dos 3 hotéis rurais existentes nos concelhos que compõem a referida agência de desenvolvimento (ADRAVE), o que corresponde a 67 % da capacidade neste tipo de modalidade de TER. Já em 2004 (Fevereiro) por informações disponibilizadas pelo Gabinete de turismo da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, tivemos oportunidade de avaliar o

Figura 3 – Localização geográfica por freguesias do concelho do alojamento TER nas suas diferentes modalidades



Fonte do mapa: Autoria própria, com base no atlas digital do ambiente disponibilizado pelo Instituto do Ambiente
Fonte dos dados: ADRAVE.2003 e Gabinete de turismo da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2004

número de estruturas de alojamento existentes, verificando a existência de 13 estruturas de alojamento de *Turismo em Espaço Rural* em diferentes modalidades (figura 3) e 4 alojamentos complementares;

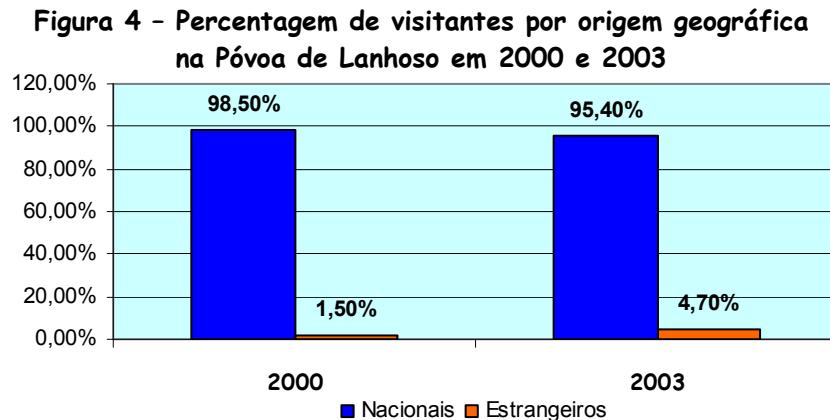
Importa aqui referir que num estudo efectuado pela *Associação de Turismo da Póvoa de Lanhoso* em 2003 (ATPL, 2003 citada pelo Gabinete de turismo da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2004), foram identificados vários tipos de turismo para o concelho. Assim, o *Turismo Cultural* foi

identificado como tendo um índice de potencialidade médio, o *Turismo Religioso* também identificando como de média potencialidade, o *Turismo de Negócios* com um índice de potencialidade também médio, o *Turismo em Espaço Rural* com destaque em relação aos anteriores, pois foi identificado como tendo um forte potencial de desenvolvimento, o *Turismo Desportivo* entendido como sendo a modalidade vocacionada para a prática de actividades desportivas de maior ou menor exigência física, foi classificado como tendo uma forte potencialidade de desenvolvimento turístico.

Apesar de este estudo ser apenas a análise de um indicador de potencialidade turística, atesta mais uma vez tudo o que temos vindo a referir, relativamente a apostas estratégicas no *Turismo em Espaço Rural* associado a actividades de índole desportiva e cultural.

A grande maioria dos turistas que visitaram este concelho são de nacionalidade Portuguesa, sendo muito poucos os visitantes de outras nacionalidades, embora entre 2000 e 2003 o número de visitantes de origem estrangeira tenha aumentado cerca de 3.2 %, correspondendo em termos absolutos a 198 visitantes no último ano referido, no entanto a grande fatia continuam a ser os turistas internos, cerca de 95% do total de 4283 visitantes -

figura 4.



Fonte dos dados de 2000: INE, 2000 citado pela ADRAVE, 2003

Fonte dos dados de 2003: Gabinete de turismo da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2004

Salientamos a necessidade da realização de inquéritos aos turistas por parte dos promotores desta actividade, públicos ou privados, e qualquer que seja a sua escala de acção.

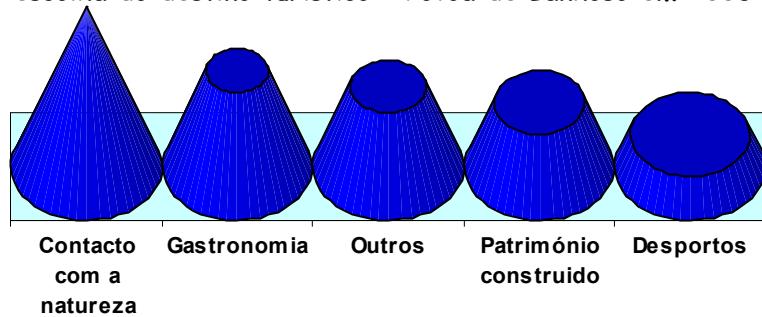
Estes inquéritos devem preocupar-se por identificar quais as razões ou motivações inerentes à escolha de determinado destino turístico, para que se possam adequar as ofertas locais às preferências dos visitantes, turistas ou não. Uma outra questão importante é saber qual a fonte de informação que habitualmente os turistas que se encontram em determinada região turística consultam, pois desta forma podem minimizar-se desperdícios financeiros em técnicas de marketing, apostando apenas naquelas que se mostrem mais «poderosas» junto dos turistas.

É precisamente por esta questão que iniciaremos esta análise ao perfil do turista da nossa área em estudo, que de resto é bastante curiosa, porque as duas principais fontes que

influenciaram a escolha da região de destino turístico – Póvoa de Lanhoso, foram: “*em visita realizada anteriormente pelo próprio*”, tal como para o Vale do Ave, seguindo-se as “*informações e conselhos fornecidos por amigos e familiares*” (ATPL, 2003). Quais serão as técnicas de marketing turístico capazes de reforçar este tipo de fonte de informação? Obviamente que esta troca de informações interpessoais passa muito pela satisfação do turista quando visita o concelho, se tiver retido alguma coisa de importante transmitirá a familiares e amigos a experiência de uns dias de descanso ou passeio, sendo fundamental apostar na qualidade das ofertas e das estruturas de apoio. Ainda sobre esta questão, surge em terceiro lugar a consulta de artigos em revistas da especialidade. Nesta área podem ser realizadas várias iniciativas, entre as quais destacamos: conceber brochuras promocionais divulgando-as posteriormente em postos de turismo; agências de viagens; aeroportos; estações de caminhos-de-ferro; divulgar o património cultural e ambiental em edições escritas periódicas; fomentar a divulgação das ofertas turísticas na *world wide web*, em páginas próprias ou em parceria com fornecedores de conteúdos on-line; participar em feiras ou bolsas de turismo regionais e nacionais; realizar na própria região: seminários; conferências; *workshop*, sobre temáticas turísticas; informatizar os postos de turismo, designadamente com recurso a cartografia temática interactiva;

De acordo com a ATPL (2003), pudemos referir que a razão principal para a escolha do destino turístico em estudo, é o desejo de *contactar com a natureza*. Esta razão é bastante ampla, pois não sabemos se o turista pretende contactar com a natureza existente nos limites do concelho, ou se pretende alojar-se num dos dezassete espaços de alojamento existentes e visitar, por exemplo a *Serra do Gerês*. Para além desta razão, foram apontadas outras que sintetizamos no gráfico da figura 5.

Figura 5 – As cinco principais razões que influenciaram a escolha do destino turístico – Póvoa de Lanhoso em 2003



Fonte: ATPL, 2003 citada pelo Gabinete de turismo da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2004

Uma questão como esta, é fundamental para planear as melhores ofertas turísticas, no entanto e com base em bibliografia consultado, somos da opinião que deve ir-se mais além e tentar saber o que verdadeiramente pretendem os turistas fazer, isto porque é possível

estabelecer contacto com a natureza quando «se está sentado num espaço de lazer», mas não sabemos se é esse o contacto que os turistas privilegiam.

É bastante curioso relacionar as razões para a escolha do destino turístico em estudo, com um outro indicador que procurou saber aquilo que mais interessou ao turista. Quando questionados sobre o elemento patrimonial natural com o qual ficaram mais interessados, as respostas foram quantitativamente próximas, com destaque para as serras e para o *Parque Nacional Peneda Gerês* (à frente designado por PNPG), ou seja o turista da Póvoa de Lanhoso, que utiliza como veículo de deslocação durante a estadia o automóvel, visita outros locais como o caso do PNPG. Em termos de património monumental foi manifestado particular interesse pelos castelos da região, seguidos dos santuários, assumindo-se também um interesse pelo artesanato, museus e pelas aldeias preservadas.

5) Estratégias de dinamização turística:

5.1 O Pedestrianismo como animação turística

O desenvolvimento turístico de uma dada área destino, passa pela criação de uma oferta turística capaz de “*enriquecer a estadia do turista*”, proporcionando-lhe “*momentos únicos e memoráveis*” (KASTENHOLZ, 2002, p.2). De acordo com a autora citada a animação turística integra uma variedade de ofertas, tais como: actividades ao ar livre, e em diferentes espaços naturais (praia, campo, floresta, montanha); animação em espaços interiores, em edifícios de interesse patrimonial ou não; animação com maior ou menor teor interpretativo – educativo; animação com maior ou menor ênfase no convívio; animação mais ou menos activa, integrando actividades com maior ou menor exigência física; animação mais baseada em pessoas ou em equipamentos”.

De entre as diferentes modalidades de animação destacam-se as actividades desportivas ao ar livre. Destas actividades destacam-se os passeios pedestres – o Pedestrianismo (tutelado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal - FCMP), uma “*actividade com grande potencial para as áreas rurais*” (KASTENHOLZ, 2002, p.6).

As áreas rurais caracterizam-se por ambientes calmos e alternativos ao dia-a-dia buliçoso dos espaços urbanos. Para que assim se mantenham é necessário promovê-los, não de uma forma massificadora, mas sim de uma forma harmoniosa e sustentável. Uma das ofertas turísticas que estas áreas podem oferecer são os percursos pedestres, pois estas são as estruturas privilegiadas para o desenvolvimento do pedestrianismo – “*o desporto dos que andam a pé*” (FCP, 2001). O pedestrianismo é uma actividade desportiva que se desenvolve preferencialmente na natureza ou em espaços naturais, relacionando aspectos desportivos,

turísticos, culturais e ambientais. O pedestrianismo como actividade desportiva é não competitivo, não agressivo, podendo ser praticado por diferentes grupos etários, incitando o contacto com a natureza, permitindo aos seus praticantes usufruir dos benefícios característicos das actividades que se desenvolvem fora de espaços ou recintos fechados. Estas actividades quando devidamente planeadas, permitem a conservação de caminhos rurais e diverso património histórico, estimulando a observação da biodiversidade, promovendo a educação ambiental. Um trilho pedestre permite a recuperação de património local, quer este seja ambiental ou edificado, e contribui também para o desenvolvimento rural, nomeadamente pela criação de postos de trabalho. O envolvimento da população deve passar pela sua consulta quando, por exemplo se pretende marcar no terreno um trilho pedestre, por vezes este tipo de ofertas turísticas têm de utilizar propriedades privadas, sendo necessário dialogar com os seus proprietários, de forma a evitar situações de conflito social e de interesses. Por exemplo para regrar a criação de percursos pedestres é fundamental o cumprimento das normas estabelecidas pelo Centro *de Estudos e Formação Desportiva* e utilizadas pela FCMP, nomeadamente no que respeita às diferentes fases de implementação, às cores utilizadas para marcação no terreno, para além da necessária sinalização complementar, informativa e indicativa que são essenciais para a orientação do pedestrianista no terreno, através da identificação de serviços de apoio, pontos problema e elementos patrimoniais. No caso do património é indispensável a colocação de sinalização interpretativa que permita uma aproximação do turista à história local.

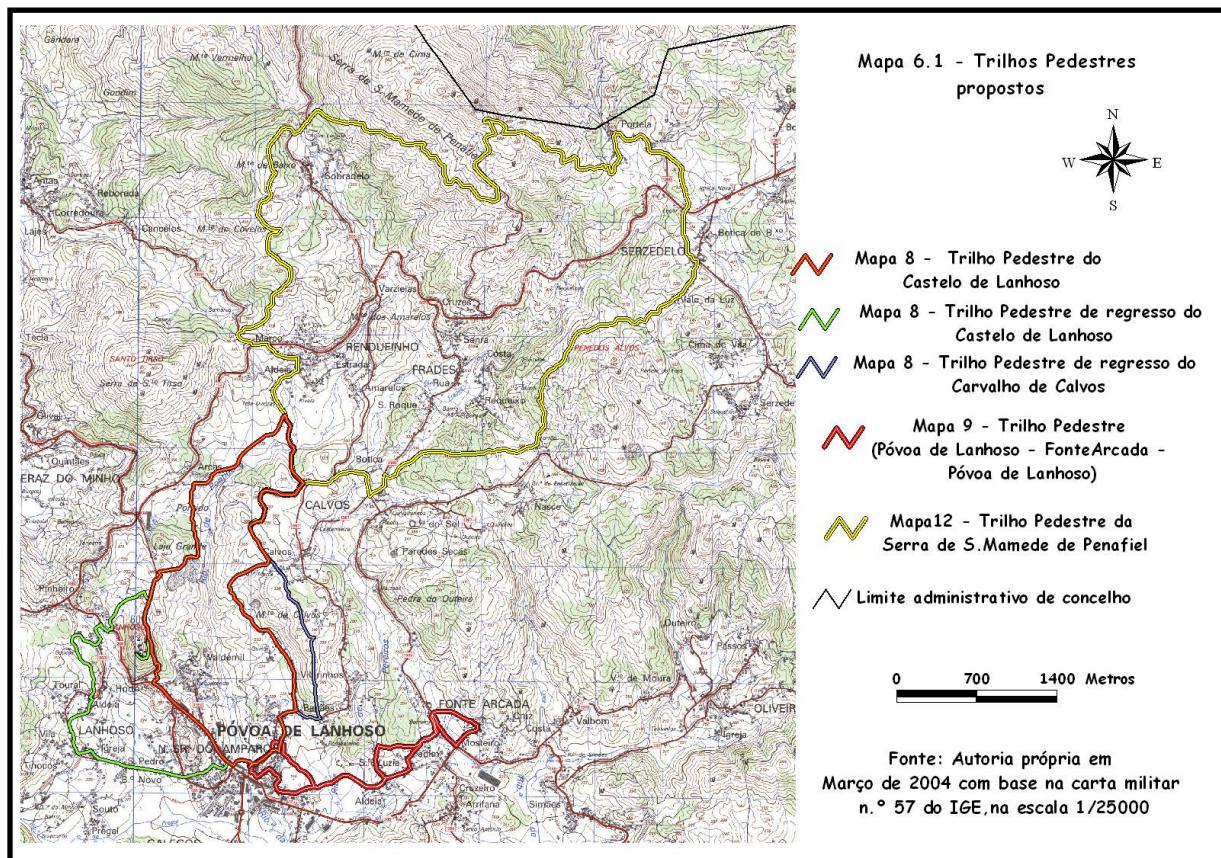
O pedestrianismo enquadra-se perfeitamente nas novas formas de “*captação e fidelização*” de turistas para espaços rurais, integrando as inúmeras brochuras informativas que funcionam como marketing territorial de determinado destino turístico, essencialmente de características rurais. É sabido que hoje em dia os turistas procuram viver experiências novas e para isso procuram locais que disponham de ofertas turísticas que permitam o “*contacto com a natureza*”, com o património edificado, com a população e a sua cultura, em suma locais que proporcionem novas sensações, criando ao turista ou visitante o desejo de lá voltar.

Enquanto geógrafos e tendo o objectivo de contribuir para o desenvolvimento planeado de ofertas turísticas baseadas no contacto com a natureza, com o património histórico, religioso e rural, apresentamos para o território em estudo um conjunto de estratégias de dinamização turística. Com o propósito particular de dinamização do *Turismo Ambiental*, propomos a criação de um parque de lazer no *Monte do Pilar*, isto no *espaço cultural* (CMPVL, 2004) ainda não intervencionado. Ainda em termos ambientais delimitamos seis percursos pedestres (figura 7 e 8) e quatro percursos para cicloturismo de

montanha. O que ambicionamos com estes percursos não é a formalização de uma nova oferta turística, pretendemos antes contribuir para o ordenamento espacial de animação turística activa, que bem planeada permitirá a diversificação do tecido económico local. Em termos de dinamização de património rural e para além das constantes intervenções apontadas ao longo da caracterização geográfica dos percursos, demos especial destaque a um aglomerado de casas de arquitectura rústica em estado de ruínas, e um conjunto de moinhos de água também degradados que de acordo com a nossa investigação estão ao abrigo da acção número 7, sub-acção número 7.1 do **AGRIS – Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio rural**.

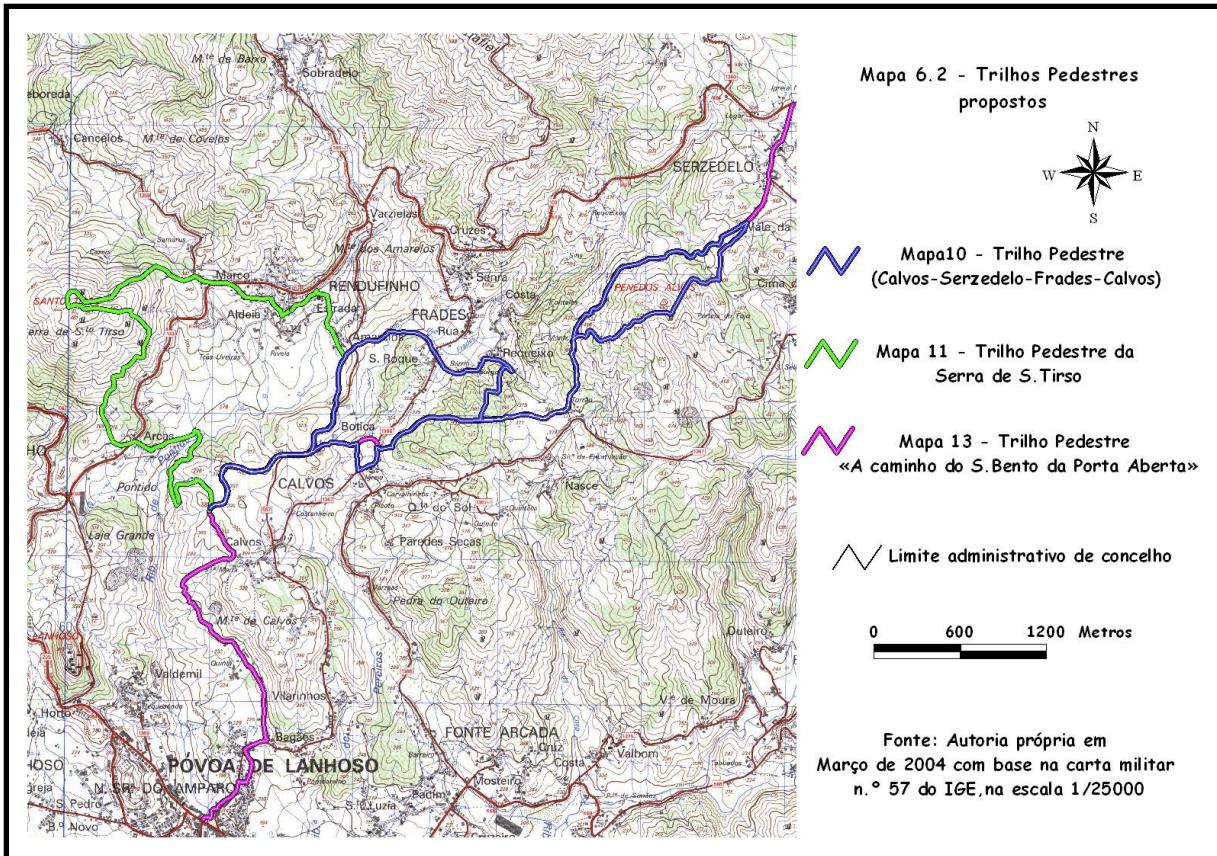
Todo o trabalho de campo realizado permitiu a elaboração de base de dados em *Sistemas de Informação Geográfica – ArcView 3.2*, composta por mapas relativos à localização de elementos patrimoniais, das estruturas de apoio ao turismo, da restauração e outros elementos de relevância para a actividade turística. Em virtude da inexistência de outro tipo de cartografia, utilizamos as cartas militares números 43 (Amares); 57 (Póvoa de Lanhoso); 58 (Vieira do Minho); 70 (Braga) e 71 (Guimarães) do Instituto Geográfico do Exército na escala 1/25000 em formato *raster*, formado com estas o limite do concelho da

Figura 7 – Mapa 6.1 trilhos pedestres propostos



Póvoa de Lanhoso. A referida base de dados, que inclui diversa informação relativa às ofertas turísticas, constituindo a nosso ver uma importante ferramenta para trabalhos futuros, uma vez que é possível proceder a alterações de conteúdo sem que seja necessário reestruturar toda a sua organização informática, constituindo de igual forma uma estratégia de promoção turística, especificamente pela possível utilização desta, nos postos de turismo locais.

Figura 8 – Mapa 6.2 trilhos pedestres propostos

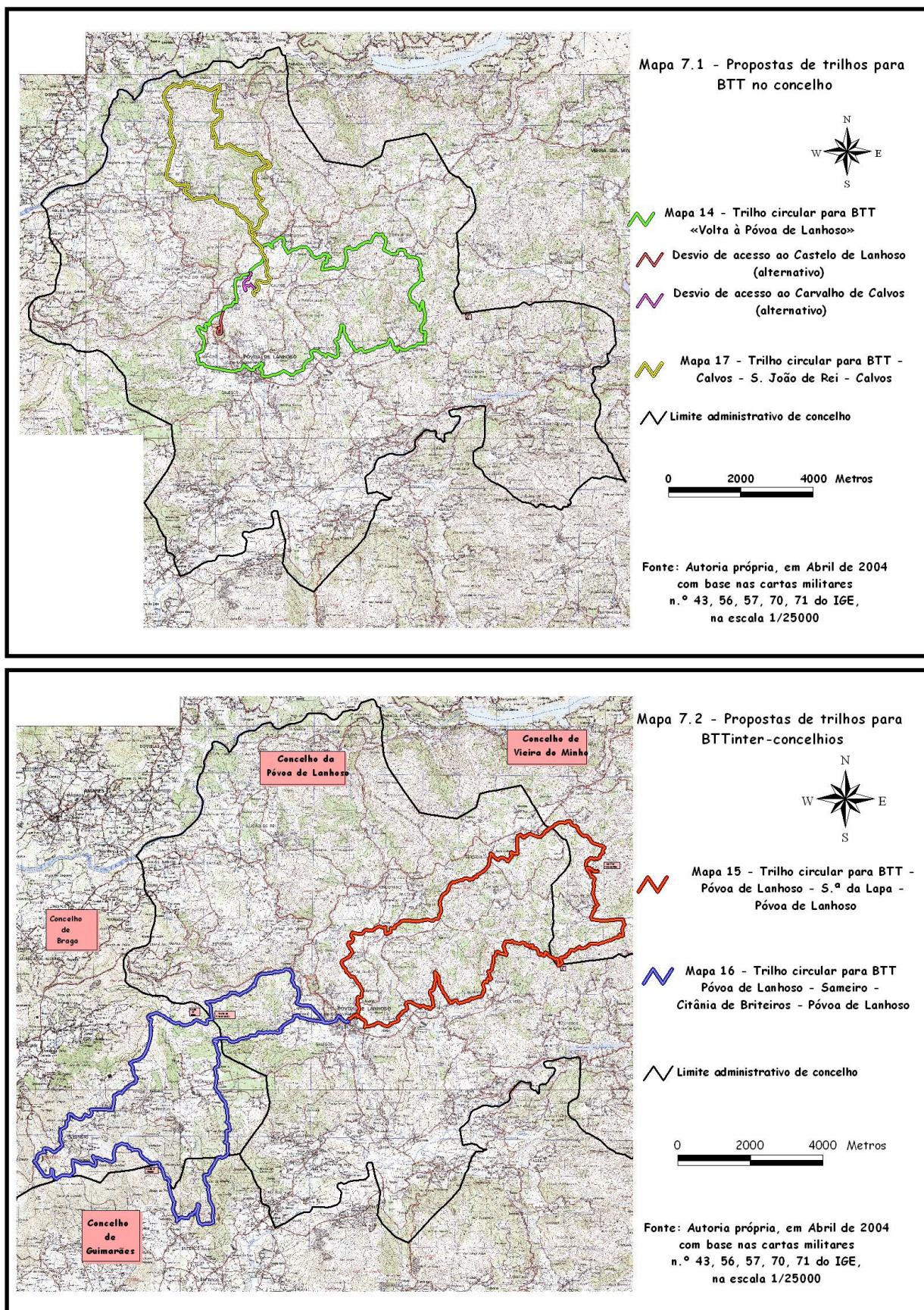


Para que uma animação turística tenha sucesso é necessário que seja planeado e bem estruturado, devendo o geógrafo integrar equipas multidisciplinares que visem a dinamização da actividade turística em todo o tipo de destinos turísticos.

5.2 O cicloturismo de montanha – B.T.T

Tendo em conta a importância e a necessidade de proporcionar aos turistas, actividade, movimento, contacto com a natureza e com o património local, propomos quatro percursos para B.T.T, na vertente de *crooss – country*, pois pretendemos uma circulação descontraída e que permita a contemplação da paisagem e do património envolvente a cada um dos percursos delimitados. Como podemos ver nas figuras 9 e 10, dois percursos utilizam apenas a área territorial do concelho, e outros dois ultrapassam as fronteiras deste, embora todos eles terminem no local tidos como ponto de partida.

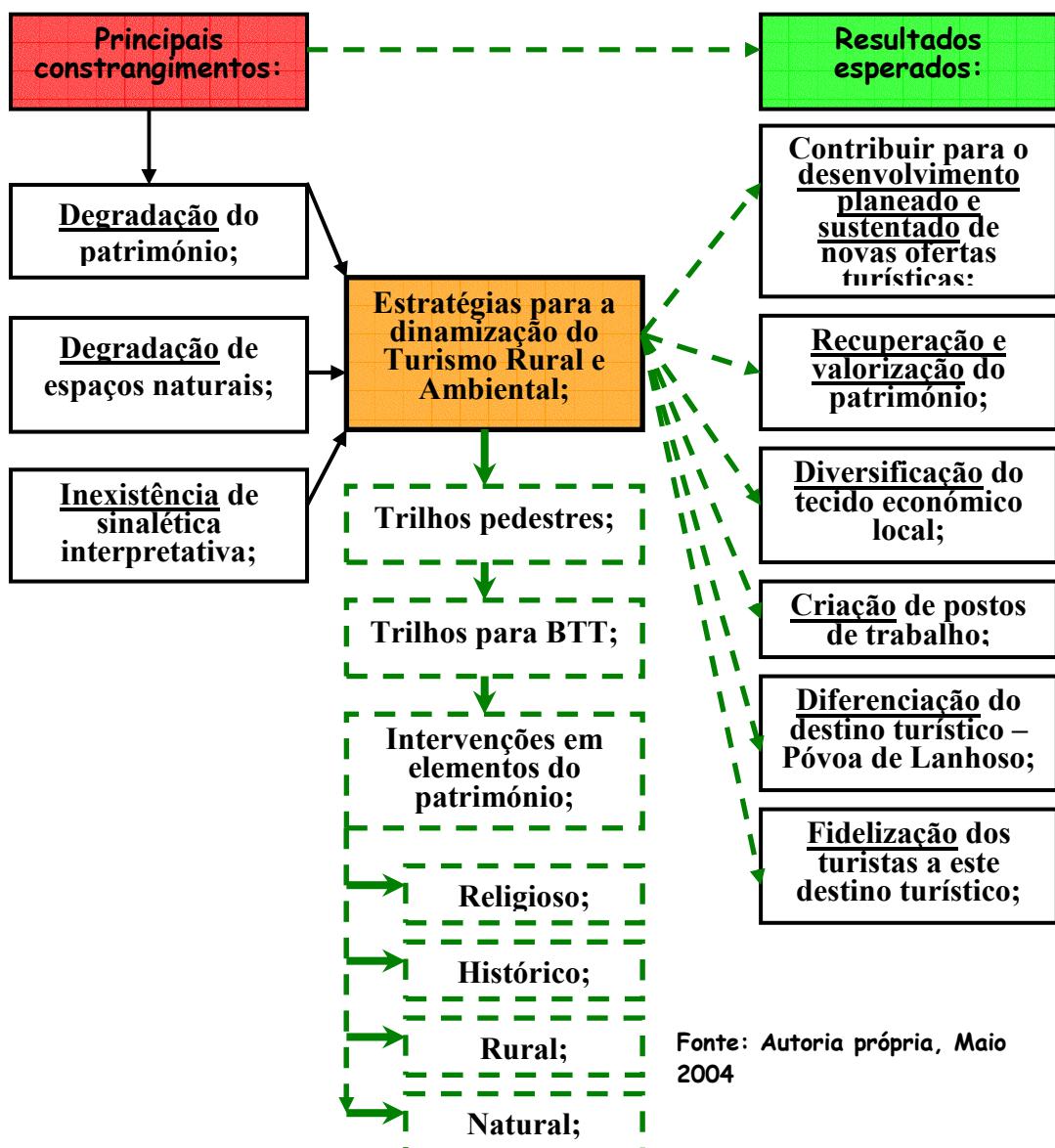
Figura 9 e 10 - Mapas 7.1 e 7.2 dos trilhos cicláveis de montanha propostos



6) Conclusão

Apresentadas as linhas orientadoras para a dinamização da actividade turística no concelho da Póvoa de Lanhoso (figura 11), referimos que um destino turístico antes de elaborar qualquer oferta turística, deve realizar um estudo aprofundado em diferentes níveis da actividade turística. Em primeiro lugar deve proceder à análise espacial das potencialidades turísticas locais, nomeadamente pela inventariação de elementos patrimoniais, quer sejam construídos ou naturais, criação de cadastros de propriedade e estado de conservação destes, bem como proceder ao seu registo informático, de modo a permitir uma monitorização simples e eficiente dos mesmos. Depois de identificados e localizados os principais elementos

Figura 11 – Principais constrangimentos do destino turístico – Póvoa de Lanhoso e resultados esperados através das estratégias apresentadas



patrimoniais, todo o destino turístico deve procurar interpretar as motivações e preferências dos turistas que o procuram, de forma a adequar as ofertas turísticas e recursos endógenos aos gostos dos visitantes.

Foi com base nas informações recolhidas a este nível, que sustentamos as nossas estratégias de dinamização do *Turismo Rural e Ambiental* no concelho da Póvoa de Lanhoso. Sabendo nós, que os turistas que visitam este destino turístico têm o desejo de contactar com a natureza, com o património e cultura local, procuramos delimitar diferentes percursos pedestres e para bicicletas de todo o terreno, não no sentido de uma prática desportiva por si só, mas antes com objectivos de contemplação de diferentes elementos patrimoniais construídos e naturais. Na nossa perspectiva, o pedestrianismo, o cicloturismo de montanha, a valorização de espaços florestais e a recuperação do património rural construído, constituem estratégias possíveis para alcançar ou proporcionar um desenvolvimento económico da área em estudo, devendo no entanto, planear-se a longo prazo todo o tipo de intervenções, pensando não só no crescimento económico do presente, mas reflectindo com especial acuidade no desenvolvimento sustentado do futuro. Obviamente que a marcação de trilhos pedestres e cicláveis no território concelhio, não proporcionará benefícios directos à população local, no entanto pela dinâmica que estes podem proporcionar à actividade turística e com o necessário e indispensável envolvimento/participação das comunidades locais, as mais valias económicas e sociais fazer-se-ão sentir. Pensemos na necessidade de reforço da rede de cuidados de saúde que um destino turístico de qualidade deve proporcionar, a melhoria da rede de transportes e telecomunicações, bem como um vasto conjunto de outros serviços. O aumento da procura turística poderá incentivar investimentos privados, nomeadamente em serviços de apoio ao turista, como alojamento e restauração, contribuindo para a criação de postos de trabalho e diversificação do tecido económico. Apesar da importância dos investimentos infra – estruturais, os reflexos locais de investimentos na actividade turística, passam também pela recuperação do património construído, caso das várias sugestões de intervenção por nós referidas ao longo do trabalho, desde os pequenos locais de culto, como ermida e alminhas, até ao conjunto de habitações de linhas arquitectónicas rústicas, para além da valorização do património cultural, designadamente pelo fomento de actividades de recriação, como sementeiras, desfolhadas ou vindimas tradicionais.

Voltando a referir que o nosso objectivo não era criar um novo pacote turístico, somos da opinião que as estratégias apresentadas são um importante e rigoroso contributo para o desenvolvimento de ofertas turísticas futuras que proporcionem o contacto com natureza e

com o património, de forma sustentada e planeada, passos fundamentais para assegurar a qualidade num destino turístico e fidelização dos turistas a este.

Como nota final, referimos que apesar de entendermos que o pedestrianismo e os trilhos cicláveis de montanha apresentarem elevados índices de aplicabilidade prática na área em estudo, a dinamização da actividade turística em geral deve passar também pela contínua valorização do património natural e construído, fomento do *Turismo Cultural*, e *Turismo Religioso*, através da sinalização interpretativa e criação de rotas temáticas, manutenção de estruturas e caminhos rurais, para além do enaltecimento dos usos e costumes locais, nomeadamente associados a manifestações culturais, como o folclore, ou manifestações gastronómicas, como o caso dos «pratos» tradicionais.

Na nossa perspectiva, a afirmação e diferenciação de um destino turístico não deve passar pela criação de pacotes turísticos segmentados e de baixa qualidade, mas antes por uma aposta planeada nos recursos endógenos, valorização das estruturas existentes e qualificação das ofertas turísticas.

Bibliografia

AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave (1994): *Plano Director de turismo do Vale do Ave*. Quaternaire (coordenação), Porto

ATPL – Associação de turismo da Póvoa de Lanhoso (2003): *Estudo das potencialidades e caracterização do turista que nos visita*.

CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO - Gabinete de turismo (2003):
Registo de visitantes estrangeiros no posto de turismo.

CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO - Gabinete de turismo (2003):
Registo de visitantes nacionais no posto de turismo.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1997): *A floresta, o turismo e o cidadão. Cadernos de Geografia*, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, n.º 16, pp. 101 - 104

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1998): *Notas para uma geografia dos desporto radicais em Portugal. Inforgeo*, 12 – 13, Lisboa, pp.425 - 438

CUNHA, Lícinio (1997): *Economia e Política do turismo*. Mcgraw – hill, Lisboa, 350p.

CUPETO, Carlos (2003): *Ecoturismo, a sustentabilidade do turismo no século XXI*.
Documento URL: <http://www.ciari.org>

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CAMPISMO (2001): *Percursos Pedestres – Normas para a implantação e marcação*. FPC (Actualmente esta instituição denomina-se de Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal)

KASTENHOLZ, Elisabeth (2002): *A animação turística como factor de captação e fidelização dos visitantes em espaços rurais*. Actas do seminário em Turismo de Natureza - *Contributo para o desenvolvimento de Novos Produtos em Turismo*, ADRAVE, Vila Nova de Famalicão

KASTENHOLZ, Elisabeth (2002): *O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing: o caso do Norte de Portugal*. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial - Universidade de Aveiro.

LOZATO-GIOTART, Jean-Pierre (1990): *Geografia del turismo*. 1^a edição, Masson Editores, Barcelona

MALTA, Paula (2000): *Das relações entre tempo livre, lazer e turismo. Cadernos do Noroeste – Serie Sociologia*, Instituto de Ciências Sociais, universidade do Minho, Vol. 13, Nº.1, pp.219 – 239

MENDES, A. Gama; **SANTOS**, Norberto (1991): *Tempo livre, lazer e território. Cadernos de Geografia*, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, n.º 10, pp. 99 – 129

MIRANDA, Jorge Morales (1998): *Guía Práctico para la Interpretación del Patrimonio. El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante*. Junta da Andalucía. Sevilla. 1^a edição

MOREIRA, João Fernando (1994): O turismo em espaço rural – Enquadramento e expressão Geográfica no território Português. Centro de estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

RODRIGUES, Carla (2001): *Turismo de Natureza – A emergência de novos conceitos de lazer*, Revista Área, número 1, pp. 29 – 36

RODRIGUES, Carla (2000): *Turismo e Lazer em Áreas Naturais – O desporto de Natureza em Áreas Protegidas do Norte de Portugal*. Relatório de Investigação do Seminário em Geografia do Lazer e do Turismo da Licenciatura de Geografia e Planeamento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho (não publicado).